

BOLETIM INFORMATIVO

DA COMISSÃO DE ÉTICA DA AGU

EDITORIAL

Prezadas e prezados colegas da Advocacia-Geral da União

O mês de maio é, tradicionalmente, um tempo de reafirmação dos valores que sustentam o serviço público. Celebramos o Dia Nacional da Ética com iniciativas que nos convidam à reflexão, à escuta e à ação. Nesta edição do nosso Boletim Informativo, reunimos vozes, práticas e conquistas que revelam a ética em movimento na Advocacia-Geral da União.

Na seção Vozes da Ética, contamos com a participação inspiradora de Andrea Cajueiro, da Escola Superior da AGU, que compartilha reflexões sobre a centralidade da formação ética na construção de uma cultura institucional íntegra, humanizada e voltada ao interesse público. Em Boas Práticas, Luiz Fernando Calaça apresenta a experiência do Projeto de Gerenciamento do Estresse e das Emoções (PGEE), uma iniciativa inovadora que promove bem-estar emocional no ambiente de trabalho.

Outro momento marcante foi o episódio especial do podcast Na Trilha da Ética, com Leandro Karnal. Com sua habitual sabedoria, o filósofo abordou o desafio de alinhar discurso e prática no cotidiano das instituições. Um convite ao autoconhecimento e à coerência, virtudes essenciais para quem deseja praticar a ética no dia a dia.

No texto do Minuto da Ética, abordamos a Ética Pública na Estrada da Diversidade Cultural do Brasil, com o propósito de reafirmar nosso compromisso com uma ética pública que valorize e proteja a riqueza sociocultural do nosso país, promovendo uma sociedade mais justa, inclusiva e plural.

Boa leitura e até a próxima edição!

Secretaria-Executiva da Comissão de Ética da AGU

Na Trilha da Ética: Ética na Prática, com Leandro Karnal



No mês em que se comemora o Dia Nacional da Ética, a Comissão de Ética da AGU recebeu o historiador, filósofo e escritor Leandro Karnal para um episódio especial do podcast Na Trilha da Ética, que está disponível na Escola Virtual da AGU (EVA) e no canal da Escola Superior da AGU no YouTube.

Com o tema “Ética na Prática: entre o Discurso e a Ação”, o episódio propôs um diálogo leve e direto sobre a importância da ética como prática cotidiana. Conduzido pelo Secretário-Executivo da Comissão de Ética da AGU, Davi Cavalieri, o bate-papo trouxe reflexões sobre coerência, liderança, empatia, diversidade e saúde mental no ambiente de trabalho.

Outro ponto de destaque da conversa foi o papel das lideranças na construção de culturas organizacionais íntegras. A entrevista também abordou os impactos da cultura institucional sobre a saúde mental dos profissionais. Ao reconhecer a complexidade das relações, Karnal defendeu ambientes de trabalho baseados no respeito e na segurança psicológica.

O episódio marca um momento importante da atuação da Comissão de Ética da AGU, ao fortalecer o diálogo entre ética, humanidade e gestão pública. Com linguagem acessível e conteúdo provocador, o podcast reafirma seu propósito de aproximar temas éticos do cotidiano da sociedade, promovendo reflexão e inspiração.

A Comissão de Ética convida todas e todos a assistirem ao episódio, refletirem sobre o papel das instituições na construção de espaços éticos e acolhedores e disseminarem essa mensagem tão necessária.

[Clique e Assista!](#)

Encerramento de mandato de membro da Comissão de Ética

Informamos que, em maio de 2025, foi encerrado, a pedido, o mandato de Daniel Pereira de Franco como integrante da Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União. Sua atuação no colegiado teve início em 17 de janeiro de 2024, período em que contribuiu de forma valiosa para o fortalecimento da ética e da integridade na Instituição.

A Comissão de Ética expressa profundo agradecimento pela dedicação, comprometimento e relevante colaboração prestada ao longo de sua participação. O trabalho de Daniel Pereira de Franco foi marcado por responsabilidade, escuta atenta e compromisso com a promoção de um ambiente institucional mais ético, respeitoso e transparente.

Em breve, será anunciado o(a) novo(a) integrante que passará a compor o colegiado.

Desejamos ao colega Daniel pleno êxito nos próximos desafios profissionais e pessoais, certos de que continuará a trilhar caminhos guiados pelos valores que também orientam esta Comissão.

Comissão de Ética da AGU participa do XXV Seminário Ética na Gestão

Nos dias 15 e 16 de maio, a Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União marcou presença no XXV Seminário Ética na Gestão, promovido pela Comissão de Ética Pública (CEP), evento que reuniu representantes de comissões de ética de diversos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

A CEAGU foi representada por sua Presidente, Mariana Cruz Montenegro, e pelo Secretário-Executivo, Davi Valdetaro Gomes Cavalieri, reforçando o compromisso da instituição com o fortalecimento do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal.

Neste ano, os debates giraram em torno do tema "Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação", reunindo autoridades, especialistas e agentes públicos para debater estratégias de promoção de ambientes institucionais mais éticos e inclusivos. A participação da Comissão de Ética da AGU reafirma seu protagonismo institucional e sua atuação estratégica em defesa da ética pública como valor fundamental do Estado Democrático de Direito.

Formação e Transformação: a educação como alicerce da ética no serviço público

Nesta edição da seção **Vozes da Ética**, conversamos com Andrea Cajueiro, Vice-Diretora da Escola Superior da AGU (ESAGU). Com larga experiência na gestão pública e na formação de integrantes de todas as carreiras da Advocacia-Geral da União, ela reflete sobre o papel estratégico da educação continuada na promoção de uma cultura ética e íntegra na Administração Pública. Na entrevista, Andrea destaca a importância de ações educativas que não apenas informem, mas inspirem atitudes éticas no dia a dia do serviço público. Ela também comenta sobre as parcerias institucionais, os desafios enfrentados na difusão da integridade e as iniciativas inovadoras da ESAGU nesse campo.

1 - A formação ética dos membros e servidores públicos tem ganhado espaço na pauta institucional. Na sua visão, qual o papel da Escola Superior da AGU na consolidação de uma cultura de ética e integridade no serviço público?

Andrea Cajueiro: As escolas de governo são um importante canal para difusão de valores, princípios e boas práticas que sustentam uma administração pública ética, íntegra, comprometida com o interesse público e com os princípios da Administração. Isso, pois, a educação tem um papel chave na implementação das políticas de integridade institucional.

Deve compor a missão das escolas de governo formar servidores e líderes conscientes de suas funções na sociedade, para além do conteúdo técnico/teórico, promovendo reflexões sobre ética, moral, integridade e responsabilidade no serviço público.

Escolas corporativas devem ser espaço de debate, diálogo e análise crítica sobre dilemas éticos reais do ambiente de trabalho, visando fortalecer o julgamento ético dos integrantes e estimular a cultura da ética e integridade baseada em consciência e não apenas em normas.

Além disso, cabe às escolas de governo ofertarem capacitações sobre matérias que tangem a operacionalização da ética no cotidiano da gestão pública, como: governança e compliance público; prevenção à corrupção; gestão de riscos; controle interno; conflito de interesses e accountability; Lei de Improbidade, Lei Anticorrupção e Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

E assim, com os debates, capacitações, pesquisas e estudos de caso sobre essas matérias, fortalece-se a base teórica e prática para gestores e servidores atuarem de forma alinhada com a cultura da ética e integridade no serviço público.

2 - Em um contexto de crescentes desafios sociais, como a Escola Superior da AGU tem buscado inovar na oferta de cursos e ações formativas que abordem temas como ética,

integridade, assédio e diversidade? Pode destacar algumas iniciativas recentes ou em andamento?

Andrea Cajueiro: A ESAGU tem realizado ou dado suporte na realização de ações voltadas para assuntos dessa natureza, em especial as demandadas pela Assessoria Especial de Diversidade e Inclusão da AGU e também pela Comissão de Ética da AGU, tais como: episódios do Programa Elas Conversam, Seminário de Ética e Integridade na AGU, Curso de Orçamento Sensível a Gênero e Raça, Trilha de Capacitação sobre Assédio, dentre vários outros.

Além disso, em nossos cursos de pós-graduação, buscamos incluir disciplinas que abordam temáticas atinentes à ética e integridade, tais como: Gestão Pública e Boas Práticas em Advocacia Pública; Lei Anticorrupção, Compliance e Lei de Improbidade Administrativa; Advocacia Pública perante os Órgãos de Controle Externo; Agentes Públicos e Direito Administrativo Sancionador; Serviços Públicos, Patrimônio e Probidade Administrativa etc.

3 - Você acredita que a educação continuada pode influenciar diretamente o comportamento ético nas instituições públicas? Que desafios ainda precisamos enfrentar para fortalecer essa conexão entre conhecimento e prática?

Andrea Cajueiro: Sim, quando o ensino é valorizado e constante, ele influencia a cultura organizacional. A educação continuada pode ser uma ferramenta estratégica de integridade institucional, quando construída para incentivar os servidores a pensarem criticamente, agirem com responsabilidade e construirem uma cultura ética sólida e resiliente no setor público.

As escolas de governo devem ser muito mais do que um centro de capacitação técnica, mas também um agente transformador da cultura institucional do Estado.

A educação continuada influencia o comportamento ético ao promover espaços para reflexão que refina a consciência ética, o que fortalece a intolerância aos desvios de conduta e incentiva a tomada de decisão responsável; influencia também ao ofertar conteúdo para atualização de conhecimento sobre leis e normas, o que evita erros por desconhecimento e reforça comportamentos corretos; e ainda ao promover oficinas/treinamentos que permitam aplicar conceitos éticos em situações reais do dia a dia, o que traduz a ética do discurso para a ação.

O desafio, nesse cenário, é a construção de um plano de capacitação plausível de execução, patrocinado pela alta gestão da instituição, que possibilite a oferta das ações de desenvolvimento transversais necessárias para a disseminação e solidificação da cultura da ética no órgão. Isso, pois, muitas vezes outras demandas são priorizadas e, considerando as limitações orçamentárias e operacionais das escolas de governo, acaba-se por não atender integralmente a necessidade de capacitação nessa frente tão relevante.

Percebo como desafio, ainda, a necessidade de ampliar o engajamento genuíno dos líderes e servidores em projetos de capacitação dessa natureza, em especial no que diz respeito ao

desenvolvimento de diálogos e estudos de caso construtivos para a aplicação das políticas de integridade da instituição.

4 - A parceria entre a ESAGU e a Comissão de Ética tem se intensificado nos últimos tempos. Como você enxerga a importância dessa interlocução para a construção de um ambiente de trabalho mais ético?

Andrea Cajueiro: A Comissão de Ética é o meio de maior relevância para impulsionar a Escola Superior da AGU na oferta de iniciativas voltadas à promoção da ética e integridade no âmbito da Advocacia-Geral da União. A construção e execução conjunta de um plano de ações que almeje disseminar e solidificar a cultura da ética e integridade na instituição, em parceria Escola-Comissão, é o ideal para que essa missão ganhe maior fôlego e seja bem-sucedida.

5 - Para encerrar: que mensagem você deixaria aos leitores do Boletim da Comissão de Ética da AGU sobre a importância da ética como valor cotidiano no serviço público?

Andrea Cajueiro: A ética é a base do profissionalismo, da legitimidade e da excelência no serviço público. Sem ética no dia a dia, o Estado pode em alguma medida até funcionar mas jamais funcionará bem ou a serviço de todos.

Portanto, a atuação ética e íntegra precisa estar presente diariamente nas atitudes, atos, decisões e relações de todo agente público. E um importante caminho para a construção de um ambiente de trabalho verdadeiramente íntegro é o engajamento dos líderes e dos servidores em iniciativas de capacitação e disseminação de conhecimento voltadas à ética e à integridade.

Dessa forma, abre-se portas para promover um ambiente organizacional saudável; para garantir o interesse público acima de interesses pessoais; para fortalecer a confiança da população no Estado; e, por fim, garantir a efetividade das políticas públicas.



Andrea Maria Nogueira Cajueiro Zanon é Administradora, especialista em Gestão Pública pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, é servidora do quadro técnico da Advocacia-Geral da União, onde atuou nas áreas de assessoria à gabinete, coordenação de eventos e coordenação de contratações. Foi Coordenadora-Geral de ensino da Escola Superior da AGU no período de 2020 a 2023 e ocupa o encargo de Diretora Substituta da ESAGU desde 2020.

A seção "Vozes da Ética" reforça o compromisso da Comissão de Ética da AGU com a transparência e o diálogo constante sobre valores fundamentais para a nossa sociedade.

Cuidar de quem cuida: PRU3 implementa Projeto de Gerenciamento do Estresse e das Emoções

Promover o bem-estar, prevenir o adoecimento psíquico e fortalecer a cultura do cuidado: esses são os principais objetivos do PGEE - Projeto de Gerenciamento do Estresse e das Emoções, idealizado pela Procuradoria Regional da União da 3ª Região (PRU3). A iniciativa complementa as ações já desenvolvidas no âmbito do PSMT - Programa de Saúde Mental no Trabalho e do PAAPS - Plantão de Atenção e Aconselhamento Psicossocial, ampliando o alcance e a efetividade das estratégias institucionais de promoção à saúde mental.

O PGEE oferece dois formatos de atividades grupais:

- Grupos de Gerenciamento de Estresse e Emoções, voltados ao apoio mútuo, à escuta ativa e à troca de estratégias para lidar com emoções difíceis, como ansiedade, tristeza, desmotivação e irritabilidade, especialmente diante de fatores de risco psicossociais ocupacionais ou não;
- Grupos de Relaxamento, Meditação e Mindfulness, com práticas guiadas por facilitador(a) experiente, para desenvolvimento de foco, tranquilidade e equilíbrio emocional.

Para conhecer melhor os bastidores do projeto, conversamos com Luiz Fernando Calaça de Sá Júnior, Analista Superior I – Psicólogo (CRP 06/140999), servidor da PRU3 e responsável técnico pelo PGEE:

1 - O que motivou a criação do PGEE e quais lacunas ele busca preencher em relação ao cuidado com a saúde mental na AGU?

Luiz Fernando: *O trabalho com grupos, que caracteriza o PGEE, já estava sendo pensado desde a criação dos programas PSMT – Programa de Saúde Mental no Trabalho e do PIDT/PA – Programa de Inclusão Digital e Tecnológica e Preparação para Aposentadoria, em 2023, como uma possível modalidade de intervenção. A abordagem de grupos é importante por diversos motivos, sendo um deles a ampliação da possibilidade de atuação sobre um número maior de pessoas, de diferentes cargos, setores, viabilizando o contato entre essas pessoas e maior socialização e troca de experiências. No entanto, a sua implantação requer, de certo modo, uma mudança de cultura e um incentivo institucional para que haja, de fato, adesão a atividades de grupo. A tendência é de as pessoas evitarem participar de atividades de grupo, principalmente por receio de se expor, ou às vezes não quererem sair da sala de trabalho para participar de uma atividade de grupo, muitas vezes por perceber a atividade como uma perda de tempo útil, principalmente quando se tem percepção de uma carga elevada de trabalho. Porém o trabalho e a convivência em contextos de interação em grupo são importantíssimos, por permitir que as pessoas tenham contato com*

outras experiências e realidades, relacionadas ou não ao contexto do trabalho, e desenvolverem a empatia, a tolerância e a alteridade, que, a meu ver, são fundamentais para o cuidado em saúde mental. O trabalho em grupo é importante também na criação de laços e vínculos de amizade e solidariedade dentro do contexto organizacional, o que se perdeu muito após a migração para o trabalho desterritorializado e em 100% home office.

2 - Como os grupos de gerenciamento de estresse e de mindfulness funcionam na prática e que tipo de participação tem sido observada até agora?

Luiz Fernando: Até o momento foram implementados apenas os Grupos de Relaxamento, Meditação e Mindfulness, por ter sido a modalidade de grupo com maior adesão de participantes. Ao todo tenho conduzido 3 grupos abertos, sendo um presencial, às quintas feiras, e dois online, às segundas e sextas-feiras. Por serem grupos abertos, a frequência e participação varia bastante. Essa modalidade de grupo consiste em sessões de curta duração, de 30 minutos, em que é ministrada meditação guiada que inclui técnicas de respiração, consciência corporal, atenção plena (mindfulness), visualização e alongamento. Esse conjunto de técnicas ajuda no processo de relaxamento e tomada de consciência do momento presente, e, quando aprendido, pode ser utilizado como recurso no gerenciamento do estresse e das emoções. Percebo que a maior adesão tem se dado nos grupos online, em parte, como já falei, em função do receio das pessoas se exporem ou de saírem de suas posições de trabalho para frequentar os grupos presenciais. Embora as atividades sejam abertas a todos, geralmente o comparecimento maior é de servidores e terceirizados administrativos. A adesão para os Grupos de Gerenciamento do Estresse e das Emoções foi pequena, e, em função disso, ainda não dei início a esses grupos, que requer um manejo um pouco mais cuidadoso, principalmente por envolver questões pessoais e sensíveis. Porém tenho pensado na possibilidade de reformulação da proposta, de modo que talvez esses grupos possam ser desenvolvidos dentro das equipes de trabalho, mesmo em modalidades online, o que requer a sensibilização e adesão de chefias e integrantes das equipes. Outra opção de trabalho em grupo que tenho idealizado é a de realização de rodas de conversas temáticas. Recentemente recebi, por exemplo, a demanda de realização de uma atividade voltada ao tema do luto.

3 - Que impactos positivos você espera alcançar com o projeto, tanto no nível individual quanto institucional?

Luiz Fernando: A nível individual já tenho obtido alguns feedbacks positivos de alguns colegas que tem participado tanto dos grupos presenciais quanto online. Nos grupos presenciais tenho o feedback imediato, pois no encerramento de cada encontro peço para que me digam como se sentiram, e o retorno é de que a experiência tem sido bem-sucedida ao viabilizar o relaxamento, trazendo sensações de calma, tranquilidade etc. Além disso, tive retornos quanto a melhoras na qualidade do sono, na concentração durante a execução de atividades de trabalho e até no gerenciamento de episódios de ansiedade. Como disse, ao se aprender as técnicas, pode-se

aplicar elas em outros contextos, ao acordar, ao ir dormir, entre uma demanda e outra de trabalho, antes ou após uma reunião que se espera ser estressante ou tensa etc. A nível institucional compreendo que toda ação de promoção à saúde, e em especial, de promoção à saúde mental, é um trabalho de “formiguinha”, um trabalho de “bastidores”, em que o impacto não é percebido a curto prazo, mas a médio e longo prazo. E isso eu trago para toda forma de intervenção em saúde mental. Ao iniciar o PSMT comecei trabalhando com demandas de acompanhamento de retorno ao trabalho após afastamentos de longa duração, junto aos advogados, a partir do PART – protocolo de Acompanhamento de Retorno ao Trabalho, depois foi ampliado para a orientação e acompanhamento individual de demandas espontâneas principalmente por servidores, terceirizados e estagiários, apenas da PRU3, através do PAAPS – Plantão de Atenção e Aconselhamento psicossocial. Depois consegui alcançar integrantes também da PRF3, da ESAGU/SP. Então, aos poucos vou conseguindo ampliar o escopo do trabalho, alcançando mais pessoas que acabam servindo também como multiplicadoras, fazendo o trabalho de divulgação boca-a-boca. E assim a gente vai desmistificando um pouco a atuação da Psicologia no contexto organizacional e criando uma rede de promoção à saúde mental, instituindo um campo de práticas de prevenção e promoção à saúde. Espero que com a contratação de psicólogos nesse último concurso integrado, tenhamos a possibilidade de nos reunir e pensar juntos em formas de nacionalização de projetos que hoje são desenvolvidos de forma embrionária e fragmentada nos diversos órgãos e regionais que compõem a AGU. Eu entendo que não adianta apenas realizar ações pontuais de conscientização sobre a saúde mental no trabalho nem criar projetos que não saem do papel, é necessário operacionalizar uma prática que seja cotidiana, diária e direcionada a todos, de forma ampla. Isso envolve não apenas a formalização desses projetos, mas a sensibilização, a execução, o acompanhamento e o monitoramento de resultados, o que se torna visível, por exemplo, na redução do número de afastamentos de longa duração, no aumento da capacidade de adaptação a mudanças, nas estratégias de enfrentamento de conflitos, principalmente a partir do acompanhamento das pessoas que procuram uma escuta ativa, atenta e propositiva de soluções para questões práticas do dia a dia do trabalho.

4 - Para servidores(as) que se sentem sobrecarregados ou emocionalmente esgotados, que mensagem você deixaria sobre a importância de buscar apoio e participar de iniciativas como o PGEE?

Luiz Fernando: Pegando um pouco dos princípios da atenção plena (mindfulness), da própria proposta do PGEE, eu diria, a todos os colegas: Pare uns cinco ou dez minutos, respire e perceba como você está. Perceba sua respiração, perceba seu corpo, seus pensamentos, seus sentimentos e emoções. Após perceber tudo isso, dar-se conta de si, como você se sente? Tente nomear esse sentir. Está sobrecarregado ou sobrecarregada? Está esgotado ou esgotada? Se a resposta é SIM, então busque formas de desacelerar um pouco, distribuir melhor a carga, e recarregar as baterias. Busque cuidar do sono, da alimentação, da saúde física e mental. Mas se

não sabe como fazer isso e as emoções estão à flor da pele, procure um profissional (psicólogo, psiquiatra, psicanalista etc.) que possa te escutar atentamente e te orientar sobre como conseguir retomar o equilíbrio das emoções, lidando com as situações e desafios do dia a dia sem cair na desesperança. Não tenha medo ou vergonha de se expor ou buscar ajuda. Às vezes é difícil aceitar e admitir a necessidade de se cuidar ou deixar ser cuidado ou cuidada, mas esse é o primeiro passo para conseguir se conectar com as próprias necessidades e começar ou retomar a trilhar o caminho da saúde e do autocuidado. Esse processo nem sempre é fácil ou rápido, mas é necessário, para poder reconectar-se consigo e com suas necessidades, reconectar-se com o mundo a sua volta e aprender a lidar com as questões que chegam diariamente com um pouco mais de clareza em relação ao real tamanho dessas demandas, buscando resolver o que pode ser resolvido e a gerenciar o que pode ser gerenciável, e a não se cobrar ou se culpar excessivamente por aquilo que foge do seu controle. Às vezes admitir que não se pode ter tudo sob controle, inclusive o controle de si e dos seus sentimentos e pensamentos, é a melhor forma de retomar para si e reaver a autoestima e a autonomia necessários ao cuidado de si.



Luiz Fernando Calaça de Sá Júnior é Analista Superior I - Psicólogo, Coordenador-Regional de Gestão Administrativa Substituto da PRU3 (SP/MS), com atuação no EPROJ - Escritório de Projetos da PRU3, desenvolvendo pesquisas e projetos com foco em Gestão de Pessoas. Representante dos servidores e Coordenador do Grupo de Trabalho LGBTQIAPN+ no Comitê de Diversidade e Inclusão da AGU.

A Comissão de Ética da AGU reconhece, valoriza e apoia integralmente o Projeto de Gerenciamento do Estresse e das Emoções, entendendo que ações como essa fortalecem a integridade institucional, promovem ambientes de trabalho mais saudáveis e humanos, e reafirmam o compromisso ético com o cuidado, o respeito e a dignidade de todas as pessoas que integram a Advocacia-Geral da União. Que boas práticas como essa continuem inspirando iniciativas transformadoras em toda a instituição!

COLOQUE NA AGENDA

Junho com dois episódios imperdíveis de Na Trilha da Ética

O mês de junho será marcado por reflexões inspiradoras no podcast Na Trilha da Ética, idealizado e produzido pela Comissão de Ética da AGU. Com dois episódios especiais, o programa amplia o debate sobre ética, integridade, sustentabilidade e virtudes, com convidadas que são referência em suas áreas.

No dia 04 de junho, em alusão ao Dia Mundial do Meio Ambiente, a convidada é Cátia Veloso, especialista em compliance e ambiente de trabalho. O episódio abordará a importância de construir ambientes de trabalho sustentáveis, diversos e saudáveis, destacando como práticas éticas e integradas à gestão pública podem promover bem-estar e prevenir o assédio e a discriminação.

Já no dia 23 de junho, a filósofa Lúcia Helena Galvão, conhecida por suas reflexões profundas e acessíveis, traz uma conversa sobre ética, virtudes e o sentido das nossas escolhas em tempos de mudanças e desafios constantes.

Os episódios serão transmitidos ao vivo na Escola Virtual da AGU (EVA), com direito a certificado para o público interno, e no canal da Escola Superior da AGU no YouTube.



Junte-se a nós nesta jornada de aprendizado e transformação!

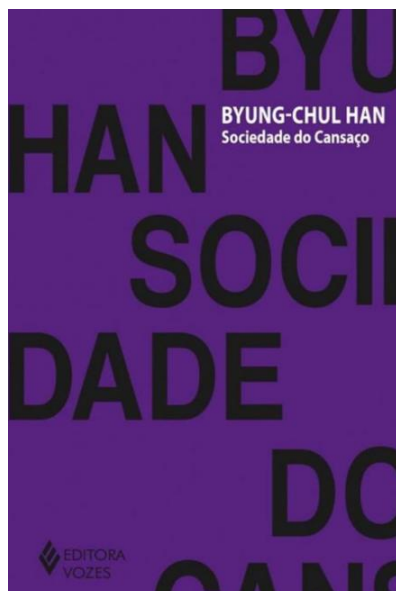
DICA DE LEITURA

Sociedade do Cansaço, de Byung-Chul Han

Os efeitos colaterais do discurso motivacional. O mercado de palestras e de livros motivacionais está crescendo desde o início do século XXI e não mostra sinais de desaquecimento. Religiões tradicionais estão perdendo adeptos para novas igrejas que trocam o discurso do pecado pelo encorajamento e autoajuda. As instituições políticas e empresariais mudaram o sistema de punição, hierarquia e combate ao concorrente pelas positivities do estímulo, eficiência e reconhecimento social pela superação das próprias limitações.

Byung-Chul Han mostra que a sociedade disciplinar e repressora do século XX descrita por Michel Foucault perde espaço para uma nova forma de organização coercitiva: a violência neuronal. As pessoas se cobram cada vez mais para apresentar resultados - tornando-as vigilantes e carrascas de suas ações. Numa época em que poderíamos trabalhar menos e ganhar mais, a ideologia da positividade opera uma inversão perversa: nos submetemos a trabalhar mais e a receber menos. Essa onda do "eu consigo" e do "yes, we can" tem gerado um aumento significativo de doenças como depressão, transtornos de personalidade, síndromes como hiperatividade e burnout.

Este livro transcende o campo filosófico e pode ajudar educadores, psicólogos e gestores a entender os novos problemas do século XXI.



A Comissão de Ética da AGU reafirma seu compromisso com a promoção de ambientes de trabalho saudáveis, pautados pela escuta, pelo respeito e pela valorização do humano, longe da lógica da positividade tóxica e do desempenho a qualquer custo!

EXPEDIENTE

Boletim Informativo produzido pela Secretaria-Executiva da Comissão de Ética da AGU

Edição 7 – Maio de 2025

Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União

Mariana Cruz Montenegro (Presidente)
Priscila Cunha do Nascimento (titular)
Talius de Oliveira Vasconcelos (titular)
Micheline Silveira Forte (suplente)
Rodolfo de Carvalho Cabral (suplente)

Secretaria-Executiva

Davi Valdetaro Gomes Cavalieri (Secretário-Executivo)
Paulo Sérgio Ribeiro (Secretário-Executivo Substituto)
Mariane Oliveira de Azeredo (Apoio Técnico Especializado)
Wesley França Brito (Técnico em Secretariado)
Luiz Francisco Cerqueira Sousa (servidor)
Ariane Goncalves Morato (estagiária)

Textos

Davi Valdetaro Gomes Cavalieri

Minuto da Ética

Coordenação-Geral do Sistema de Gestão da Ética (CEP)

Ética Pública na Estrada da Diversidade Cultural do Brasil

DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL

Artigo 1 – A diversidade cultural, patrimônio comum da humanidade

A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras.

(...)

Artigo 4 – Os direitos humanos, garantias da diversidade cultural

A defesa da diversidade cultural é um imperativo ético, inseparável do respeito à dignidade humana. Ela implica o compromisso de respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais, em particular os direitos das pessoas que pertencem a minorias e os dos povos autóctones. Ninguém pode invocar a diversidade cultural para violar os direitos humanos garantidos pelo direito internacional, nem para limitar seu alcance.

A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural propõe uma importante reflexão ao reconhecê-la como patrimônio da humanidade e ao estabelecer sua defesa como um imperativo ético, associado ao princípio da dignidade humana.

No Dia Mundial da Diversidade Cultural (21 de maio), reafirma-se a riqueza que a pluralidade de povos, com suas tradições e histórias, representa para o mundo.

O Brasil é um verdadeiro mosaico de culturas, onde a variedade de tradições e valores forma um amplo espectro de diversidade. Essa riqueza fortalece nossa identidade e impulsiona nossa capacidade de desenvolvimento, inovação, respeito aos direitos humanos, à inclusão e à justiça entre os povos. No entanto, essa diversidade também percorre uma longa estrada de desafios, na qual a ética pública é fundamental para a garantia de uma convivência pacífica.

A ética pública no Brasil deve atuar como um pilar que valoriza e preserva a diversidade cultural, incentivando a inclusão, o diálogo intercultural e o respeito às diversas expressões culturais. Assim, fortalece a convivência harmoniosa e valoriza as identidades de cada povo. O Código de Ética do Servidor Público versa:

“O servidor que trabalha em harmonia com a estrutura organizacional, respeitando seus colegas e cada concidadão, colabora e de todos pode receber colaboração, pois sua atividade pública é a grande oportunidade para o crescimento e o engrandecimento da Nação.”

Dessa forma, a ética pública se concretiza em ações que asseguram o tratamento equitativo entre os cidadãos, a escuta respeitosa de diferentes vozes e a valorização de perspectivas diversas na formulação de políticas públicas. Esses princípios orientam a construção de ambientes institucionais mais inclusivos, transparentes e sensíveis às diversidades.

Que todos os dias possamos reafirmar nosso compromisso com uma ética pública que valorize e proteja a riqueza sociocultural do nosso país, promovendo uma sociedade mais justa, inclusiva e plural.

A Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União conta com você para disseminar uma cultura ética de respeito à diversidade cultural.